

BNDES deve acelerar em dezembro, mas desembolso volta ao nível de 1999

Por Francisco Góes | Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve acelerar os desembolsos em novembro e dezembro e, dessa forma, espera manter a previsão de liberar neste ano cerca de R\$ 70 bilhões, número semelhante aos R\$ 70,8 bilhões de 2017, a valores constantes. Para 2019, a área de planejamento do BNDES trabalha com empréstimos de R\$ 90 bilhões, número que considera um cenário de 2,5% de alta do Produto Interno Bruto (PIB).

Apesar da recuperação esperada para os últimos meses de 2018, o número do desembolso previsto para este ano vai fazer com que o banco volte aos nível de 1999, 20 anos atrás, quando o BNDES emprestou R\$ 70,4 bilhões, também a valores constantes [ver quadro abaixo]. O pico de desembolsos desse período foi 2010, ano em que o banco emprestou R\$ 275,6 bilhões, ainda sob o impulso do crédito barato do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). O piso da série histórica, em comparação, foi em 1995, com R\$ 40 bilhões de desembolsos.

A estimativa de atingir os R\$ 70 bilhões de desembolsos em 2018 não parece ser tarefa fácil, na visão de observadores do banco. Isso porque de janeiro até setembro o

desembolso do BNDES somou R\$ 44 bilhões, queda de 16% sobre igual período do ano passado. A maior retração acumulada em nove meses de 2018 foi a da indústria, com recuo de 27% nos desembolsos, seguida de comércio e serviços, com 19%. Os números fechados do banco no ano devem ser conhecidos somente em janeiro.

Fontes do BNDES argumentam, porém, que a perspectiva de recuperação no volume de desembolsos se apoia no fato de que, histórica e sazonalmente, o banco costuma liberar um maior volume de recursos nos últimos meses do ano, em especial em novembro e dezembro. Para o ano que vem, a questão, além do crescimento da economia, é saber qual será o papel que o novo governo vai querer imprimir ao BNDES.

De acordo com fontes que acompanham as discussões da equipe econômica do presidente eleito, Jair Bolsonaro, os sinais, até agora, são mais de continuidade do que vem sendo feito no BNDES, no governo Temer, do que propriamente de uma "ruptura". O futuro presidente do BNDES, Joaquim Levy, se reuniu, na semana passada, com o presidente do banco, Dyogo de Oliveira, e ambos devem voltar a se encontrar na primeira semana de dezembro, no Rio, depois do G-20, em Buenos Aires, na sexta e no sábado, onde ambos estarão

presentes.

Levy já está informado sobre os dados, os grandes números e as iniciativas atuais desenvolvidas pelo BNDES, que, sob a gestão de Dyogo, priorizou obter maior eficiência operacional, reduzindo custos e prazos para concessão de financiamentos, o que passa pela estratégia do banco na área digital. Ontem, o BNDES fez um evento sobre fintechs em sua sede, no centro do Rio, com o objetivo de fomentar soluções inovadoras em termos de análise de crédito, integração do banco a plataformas digitais e digitalização de todo o processo de concessão de crédito, entre outras iniciativas.

Em 2018, o BNDES deverá terminar o ano emprestando cerca de metade dos seus recursos para micro, pequenas e médias empresas e cerca de 40% para a área de infraestrutura. De acordo com fontes, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, tem preocupação com outro tema: a devolução de recursos do banco ao Tesouro Nacional. Levy, por sua vez, está focado na sustentabilidade financeira do BNDES; em outras palavras, que o banco tenha condições de andar com as próprias pernas, operando com seu caixa e fazendo captações no mercado, sem precisar da ajuda do Tesouro. Mesmo sem precisar, o banco tem feito algumas captações como forma de se mostrar ativo





nesse mercado.

Para 2019, a previsão de estudo publicado pelo BNDES é que o banco devolva ao Tesouro R\$ 26,6 bilhões. Na avaliação de fontes próximas ao banco, há espaço para que o banco faça, no ano que vem, uma devolução adicional ao Tesouro em relação aos valores já acertados, mas isso vai depender basicamente de dois fatores. Um deles é justamente a recuperação econômica, o que determina a maior ou menor demanda por recursos do banco. O outro fator é o tamanho do BNDES no novo governo.

Há quem entenda que não estaria nos planos de Levy ou de Guedes transformar o BNDES em um banco "minimalista". Essa visão leva em conta que há investimentos na área de infraestrutura, como mobilidade urbana, saneamento e geração de

energia elétrica, que precisam ser alavancados com a participação do BNDES, considerando os montantes, os riscos e os prazos envolvidos, que são de longa maturação. Outra questão a ser enfrentada por Levy é a venda de ativos da carteira da BNDESPar, o braço de participações acionárias do BNDES. O banco tem posições importantes em empresas como a produtora de proteínas JBS, na Petrobras e na Vale. A visão, no banco, é que a venda precisa ocorrer na "hora certa", apoiando-se em critérios técnicos, e não políticos.

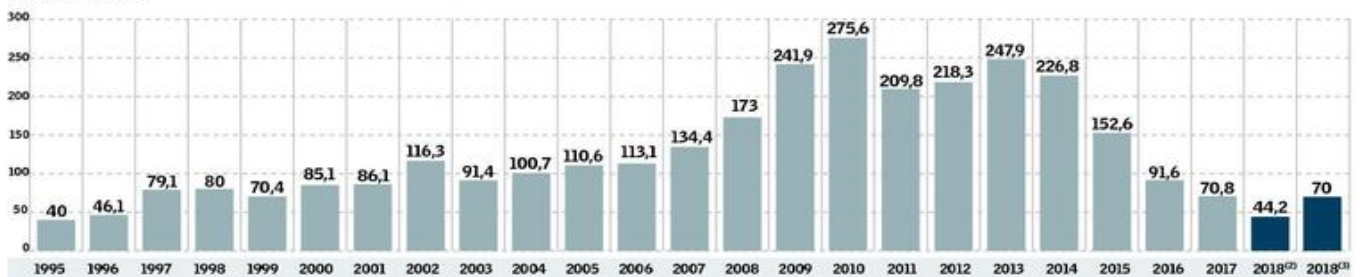
A decisão sobre a venda de papéis da carteira de renda variável do banco se vincula também à questão da transparência, aspecto que a gestão de Dyogo buscou consolidar no BNDES como um todo. Bolsonaro já disse, no Twitter, que pretende abrir a "caixa-preta" do

BNDES, referindo-se a uma possível devassa que o novo governo faria no banco de fomento. Na instituição, o corpo técnico considera que o banco foi submetido, nos anos recentes, a um escrutínio que envolveu três comissões parlamentares de inquérito (CPIs) no Congresso, uma investigação da Polícia Federal sobre o apoio do banco à JBS e 88 processos administrativos no Tribunal de Contas da União (TCU). Não houve até agora funcionários do banco denunciados pela Justiça. No caso JBS, houve o indiciamento de um ex-superintendente, que está licenciado.

Hoje o BNDES e o TCU promovem encontro conjunto na sede do tribunal, em Brasília, quando será assinado um acordo de cooperação técnica para disciplinar o intercâmbio de informações entre as duas instituições.

Desembolsos do BNDES - Total*

Em R\$ bilhões



Fontes: BNDES e IBGE. Elaboração: Valor Data * Valores entre 1995 e 2017 corrigidos pelo deflator implícito do PIB ⁽²⁾ No ano até setembro - a preços de Set/18 (IPCA) ⁽³⁾ estimativa

Militar pode assumir pasta da Infraestrutura

Por Andrea Jubé, Carla Araújo e Daniel Rittner | De Brasília

O general de Exército Joaquim Maia Brandão Júnior, atual assessor-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, está cotado para assumir o Ministério da Infraestrutura no futuro governo Jair Bolsonaro. A informação foi confirmada ao Valor por uma fonte do primeiro escalão do gabinete de transição, e por um interlocutor de Brandão.

De trato cordial, Brandão também foi chefe do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Exército, em gestão anterior à do general Oswaldo Ferreira - até então, o provável titular da pasta no futuro governo.

Ferreira coordenou a área de infraestrutura na pré-campanha de Bolsonaro, acompanhou o então candidato nos últimos meses e integra o gabinete de transição. Ferreira era considerado pule de dez no comando da Infraestrutura no próximo governo, mas recentemente declinou do convite para o ministério, alegando razões pessoais para a desistência.

O Valor apurou que a indicação do general Brandão para o cargo tem

o aval de Ferreira, tanto pela proximidade entre ambos quanto pela identificação com as funções que exerceram à frente do DEC.

Brandão comandou o Departamento de Engenharia do Exército no auge do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), quando os militares foram acionados para uma série de obras relevantes, como a transposição do rio São Francisco, a terraplenagem do aeroporto de Vitória e do aeroporto de Guarulhos, e a duplicação da BR-101 em Pernambuco. Havia pelo menos 15 mil soldados em campo para as obras de grande porte.

Apesar das críticas que a empreiteira militar costuma receber do setor privado, por conta de sua "intervenção" no mercado, o fato é que os militares estão à frente de obras de infraestrutura desde 1880, quando foram convocados a entrar na construção de estradas de ferro e linhas telegráficas. Só mudaram as obras.

Coube à divisão de obras do Exército deflagrar as obras da transposição das águas do rio São Francisco ainda em 2007, no segundo mandato de Lula, num momento em que os processos licitatórios estavam atrasados, e o presidente exigia pressa no início dos trabalhos.

"Deu problema? Chama a cavalaria. E a cavalaria é o Exército", disse o general Brandão em uma entrevista concedida ao Valor em 2012.

A configuração da pasta ainda está em estudo no gabinete de transição. A versão mais recente do desenho ministerial prevê que a pasta abarcará três áreas distintas da infraestrutura: toda a parte logística (hoje alocada no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil); habitação, saneamento e mobilidade urbana (atualmente nas mãos do Ministério das Cidades); e os programas de recursos hídricos, como a transposição do rio São Francisco e diversas obras complementares do sistema (por enquanto na órbita do Ministério da Integração Nacional).

No entanto, a área de telecomunicações deverá ser mantida no Ministério de Ciência e Tecnologia, que ficará com o astronauta Marcos Pontes. Inicialmente, a ideia era que fosse para a superpasta da Infraestrutura. Pontes, portanto, provavelmente terá sob seu guarda-chuva questões como radiodifusão e banda larga. No esboço original, as pastas de Cidades e Integração Nacional seriam reunidas em uma só.

Guardia defende projeto de leilão sem dividir recursos

Para ministro da Fazenda, aprovação sem previsão de repasse prometido por Guedes acelera realização do certame de R\$ 100 bi

MANOEL VENTURA

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, defendeu ontem que o projeto de lei que permite um megaleilão de petróleo na camada pré-sal — com arrecadação que pode chegar a R\$ 100 bilhões — seja votado sem prever repasse de recursos para estados e municípios. A ideia é que, se ele for aprovado no Senado sem alterações, não terá que voltar à Câmara e, com isso, o assunto será resolvido mais rapidamente.

Os senadores podem votar a proposta hoje. Em negociação com governadores, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, aceitou fazer uma divisão de parte dos recursos do leilão com estados e municípios. Isso não está previsto na proposta atual.

Mas o presidente do Senado, Eunício Oliveira, tenta um acordo entre o atual governo e Guedes sobre a divisão dos recursos para colocar o projeto em votação. —A regra que está em vigor funciona bem. Eu manteria a regra que está em vigor —disse Guardia.

SEM MEDIDA PROVISÓRIA

O ministro negou conversas para a edição de uma medida provisória(MP)pelo governo Temer para definir critérios de divisão dos recursos com estados e municípios. Segundo a equipe de Guedes, eles poderiam ficar com 20% da arrecadação total do leilão. Para acelerar o processo sem mexer no projeto que está no Senado, essa seria uma das alternativas em estudo.

Um outro caminho para repartir o dinheiro, mas no longo prazo, seria aprovar um outro projeto que está na Câmara e que destina 30% de um fundo que recebe recursos do pré-sal para os cofres de governadores e prefeitos. O presidente da Casa,

deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), não pautou o texto para votação hoje.

Enquanto o projeto sobre o leilão está em discussão no Congresso, a equipe de Guedes iniciou conversas com integrantes do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a revisão do contrato da cessão onerosa (acordo pelo qual a Petrobras adquiriu o direito de explorar cinco bilhões de barris de petróleo na camada pré-sal).

A aprovação do projeto do Senado facilita essa revisão e abre caminho para a realização do megaleilão. O governo de Michel Temer já encaminhou ao TCU minutas sobre a revisão do contrato com a Petrobras e do edital do leilão.

Técnicos que participam das discussões avaliam que o aval do TCU para as negociações entre União e Petrobras é fundamental, mesmo que o projeto seja aprovado no Congresso.

Guedes assume interlocução com a indústria

Futuro ministro da Economia diz, em reunião, que cuidará pessoalmente das demandas do setor e afirma que quem está acostumado com subsídio vai ter que aprender a viver sem. Empresários prometem pedir apoio a reformas

ELIANE OLIVEIRA,
GERALDA DOCA, RENNAN
SETTI, GLAUCE CAVALCANTI
E CÁSSIA ALMEIDA

Em reunião com representantes dos principais setores da indústria brasileira — que respondem por 32% do PIB industrial e 30 milhões de empregos—o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, descartou, ontem, a criação de um ministério da Produção, do Trabalho e do Comércio, como pedia o setor privado. Prometeu, porém, que será o interlocutor direto da classe empresarial, independentemente de quem for o escolhido para comandar a área.

Segundo participantes do encontro, que se estendeu por duas horas na sede do BNDES, no Rio, Guedes argumentou que a fusão do atual ministério da Indústria (Mdic) com as pastas da Fazenda e do Planejamento faz parte dos planos para reanimar a economia e, ao mesmo tempo, colocar as contas em dia.

Ele também indicou algumas das empresas que devem ser privatizadas ou liquidadas: Valec e EPL (Empresa de Planejamento e Logística, criada pela ex-presidente Dilma Rousseff para tratar exclusivamente do trem-bala).

— Nossa preocupação era que fôssemos ficar órfãos com o fim do Mdic. Mas o Paulo Guedes nos tranquilizou e explicou que seu objetivo também é evitar a eterna queda de braço entre a pasta e a Fazenda, que, por sua vez, sempre saía ganhando—disse o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Mello.

Segundo participantes da reunião, Guedes prometeu fazer reuniões periódicas com os empresários e aproveitou para pedir apoio às reformas da Previdência e tributária. Ouviu dos participantes que o setor colocará as frentes parlamentares que atuam junto à área industrial para aprovar as propostas do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

— Todas as entidades que contam com uma frente parlamentar se comprometeram em recomendar aos deputados que apoiem a reforma da Previdência e outras propostas do governo para modernizar o estado e reduzir entraves ao setor produtivo—afirmou José Velloso, o presidente da Abimaq, que reúne a indústria de máquinas e equipamentos.

SEM BOLA DE FERRO

O futuro ministro apresentou as linhas gerais de seu plano para retomada do crescimento, contou Velloso, citando a reforma da Previdência, a redução do custo do Estado e da taxa de juros e a simplificação tributária como prioridades. Sobre subsídios, o presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), Synésio Batista, disse que Guedes afirmou que quem está acostumado a ter benefício vai ter que aprender a viver sem.

—Ele afirmou que pretende tirar a bola de ferro da indústria para ganhar competitividade, antes de se pensar em abertura comercial. E isso será feito com a reforma tributária. Os empresários apresentaram uma pauta de reivindicações ao futuro ministro. Destacaram que, para que o país volte a crescer e gerar empregos, há dois fatores fundamentais: a retomada das 3.300 obras paradas de construção civil e infraestrutura, além do crescimento das exportações.

No segundo caso, a ideia é melhorar o sistema atual de devolução de impostos. Os empresários também pediram atenção especial à soberania nacional no setor de óleo e gás, com a fixação de um índice de insumos, tecnologias e outros itens oriundos no Brasil. Eles





apresentaram ainda sugestões de medidas que poderiam ser adotadas nos primeiros cem dias para estimular o setor.

Uma delas foi aplicada pelo governo Donald Trump nos EUA: a cada regra regulatória criada, duas devem ser eliminadas. Os empresários também fizeram um apelo para que a abertura comercial não seja feita sem dar à indústria brasileira condições para competir com os bens importados.

—O ministro concordou que uma abertura unilateral é inviável com tantas assimetrias concorrenciais com países que manipulam o câmbio, que não têm o compliance que nós temos —contou Fernando Pimentel, presidente da Abit, da indústria têxtil.

Ministro teria reforço de mais dois Chicago Boys

Roberto Fendt e Carlos Langoni são cotados para integrar equipe econômica. Futuro governo estuda acabar com Ministério das Cidades

MARCELLO CORRÊA E
GERALDA DOCA

A equipe econômica estuda indicar mais dois economistas egressos da Universidade de Chicago — os Chicago Boys — para fazerem parte do time comandado por Paulo Guedes. Os economistas Roberto Fendt e Carlos Langoni estão em conversas com o futuro ministro da Economia para reforçar o grupo.

A equipe econômica estuda indicar mais dois economistas egressos da Universidade de Chicago — os Chicago Boys — para fazerem parte do time comandado por Paulo Guedes. Os economistas Roberto Fendt e Carlos Langoni estão em conversas com o futuro ministro da Economia para reforçar o grupo.

Fendt seria indicado para comandar a presidência do banco dos Brics, que em 2019 será de um representante brasileiro. Já Langoni tem conversado sobre temas relacionados à política de comércio exterior. A Secretaria de Comércio Exterior seria uma possibilidade, segundo um interlocutor do governo de transição, mas o desenho da proposta ainda não está fechado.

A informação de que os dois nomes estão sendo sondados por Guedes foi antecipada pelo jornal Valor Econômico nesta segunda-feira. O colunista Ancelmo Gois, do GLOBO, também informou que Fendt está cotado para integrar o governo. Até agora, o futuro ministro indicou três nomes que passaram pela escola de Chicago.

Joaquim Levy, para o BNDES; Rubem Novaes, para o Banco do Brasil; e Roberto Castello Branco, para a Petrobras. Langoni é um defensor da abertura comercial. Em entrevistas, tem dito que o incentivo

à maior integração do Brasil ao comércio global é uma “reforma esquecida”. O economista é hoje diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas.

Fendt também é especialista em comércio exterior e secretário-executivo do Conselho Empresarial IBrasil- China. O novo governo estuda ainda acabar com o Ministério das Cidades e dividir as áreas de responsabilidade do órgão entre outras pastas. De acordo com último desenho ministerial em formatação, os setores de habitação e saneamento seriam direcionados ao Ministério da Integração Nacional.

Já a parte de infraestrutura urbana, que trata também de mobilidade, ficaria com a pasta de Infraestrutura — hoje é função do Ministério dos Transportes. São cotados para assumir o Ministério de Infraestrutura os generais da reserva Jamil Megib e Joaquim Maia Brandão Júnior.

Termos de troca no Judiciário

A imagem do STF fica arranhada com o acordo feito de trocar a aprovação do aumento salarial pela cassação da liminar do auxílio-moradia pelo ministro Luiz Fux. Primeiro, porque o aumento, ao contrário do que o Supremo tem dito, vai representar um custo muito maior do que se tem com o auxílio-moradia.

Segundo, porque se o auxílio não era devido, tanto que o ministro Fux cassou a própria liminar, como se permitiu que ele fosse pago a tantos durante tanto tempo? A imagem do STF ficará ainda mais arranhada se na quarta-feira, como se comenta nos meios jurídicos, for derrubada a liminar contra o indulto de Natal concedido pelo presidente Michel Temer e que libertaria muitos acusados de corrupção.

O indulto, que o escritor Fernando Veríssimo definiu com propriedade como sendo insulto de Natal, causou uma grande revolta na época. Foi suspenso por uma liminar da ministra Cármen Lúcia, que estava de plantão e que atendeu a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade interposta pela Procuradoria-Geral da República.

Depois, o tema foi distribuído para o ministro Luís Roberto Barroso, que manteve a liminar concedida pela então presidente do STF. Na semana passada, o presidente Dias Tóffoli pautou para

ser julgado o mérito do indulto. O julgamento será retomado na quarta. Há o temor de que ele seja aceito pela maioria dos ministros sob o argumento de que conceder o indulto é prerrogativa do presidente da República.

Esse benefício foi pensado para ser concedido a quem está em situação de fragilidade, no período final de cumprimento de pena, em crimes mais leves. O decreto de Temer abriu a possibilidade de ele ser concedido também a crimes do colarinho branco e pessoas que tenham cumprido 20% da pena.

Foi feito sob medida para beneficiar presos da Lava-Jato. Se o STF aceitar o indulto do ano passado, abre-se o caminho para um decreto mais permissivo ainda para este ano, que poderia alcançar até o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Será difícil convencer o país de que tudo isso acontece na mesma semana por uma simples coincidência.

De fato, é uma das atribuições do presidente conceder o indulto de Natal, mas a PGR sustentou que o decreto de Temer havia extrapolado todos os limites em que normalmente se circunscreve esse instrumento e havia na verdade aberto a porta para a impunidade. A PGR não questionou o direito do presidente, mas sim a abrangência. Para a PGR, houve interferência do Executivo no

Judiciário.

“O chefe do Poder Executivo não tem poder ilimitado de conceder indulto, se o tivesse, aniquilaria as condenações criminais, subordinaria o Poder Judiciário, restabeleceria o arbítrio e extingiria os mais basilares princípios que constituem a República Constitucional Brasileira”, escreveu a procuradora. Um dos argumentos que se usa em favor do decreto é que crime de colarinho branco não é cometido com violência.

Depende do que se entende por essa palavra, porque roubar recursos públicos que, de outra forma, iriam para a saúde, a educação, é sim uma violência. No caso da decisão de ontem do presidente Temer, de sancionar essa alta para o Judiciário, ele passou por cima de toda a orientação que recebeu dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, que era de vetar esse gasto.

O Judiciário defende o aumento dizendo que é devido porque eles estão desde 2016 sem reajuste. A questão é dar aumento numa época de crise desta dimensão e para a elite do funcionalismo. Um reajuste de 16,4% no meio de um rombo como este será desastroso porque impacta as contas da União e dos estados e as da Previdência.

Os defensores do reajuste no





STF alegam que ficaria elas por elas porque o acordo é para que fosse cassada — como foi — a liminar do ministro Luiz Fux que concedia o direito de auxílio-moradia a todos os magistrados. Isso não é verdade, porque o auxílio inicialmente foi pensado apenas para quem estivesse fora do seu domicílio temporariamente, a liminar ampliou o benefício a todos os juízes.

De qualquer maneira, mesmo sendo a todos, não incluía os aposentados. Virando salário, os aposentados e pensionistas terão a mesma alta por causa do direito de paridade e integralidade. Tudo ficará ainda pior se o Congresso não aprovar o projeto do extrateto, que proíbe ganhos além do teto. O assunto está para ser votado.



final da semana como mais um postulante para cargo.

Os generais escolheram inicialmente o tenente-coronel Jamil Megid Júnior. No entanto, nesta segunda-feira (26), surgiu como cotado o general Joaquim Brandão. Ele deve comandar o ministério de Infraestrutura, que combinaria Transportes, Portos, Aviação e Telecomunicações.

Outro alvo de disputas é o PPI (Programa de Parceria em Investimentos), que centralizará as privatizações e concessões de Bolsonaro.

O general Mourão chegou a afirmar que coordenaria o programa. Mas o advogado Gustavo Bebianno, futuro ministro da Secretaria-Geral da Presidência, foi nomeado dizendo que assumiria o PPI, mas o programa ficaria sob os cuidados de Pablo Tatim, hoje braço direito de Onyx na transição.

No arranjo da semana passada, ficou praticamente definido que Mourão levaria não só no comando do PPI como também na coordenação das pastas de Transportes e Minas e Energia—que seguirão como ministérios.

No entanto, nesta segunda-feira (26), surgiu como cotado para a coordenação de infraestrutura o

general Joaquim Brandão. E Bebianno voltou a tratar de PPI.

No início da transição, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, quis ficar com o PPI, que será um dos pilares de sua agenda econômica.

Concordou em abrir mão do programa desde que ele ficasse com um militar, com status de ministro e força para acelerar as privatizações e concessões.

Poderia ser o general Mourão ou o general Oswaldo Ferreira, mas seria preciso que tivessem cargo de ministro na Presidência da República para garantir a autonomia e o caráter de coordenação entre diversos órgãos da administração que compete ao PPI na definição dos projetos.

Ferreira, que coordenou os grupos de trabalho dessa área durante a campanha para a elaboração do plano de governo, já afirmou que não tem interesse em ter cargo no governo Bolsonaro.

Retornar às atividades públicas tem sido um desafio para parte dos militares. A área de infraestrutura se sofisticou nos últimos anos e alguns dos envolvidos na transição entendeu que não bastam bons projetos e organização para tocar as obras. É preciso entender o funcionamento de

novidades, como o mercado livre de energia e a estrutura de financiamento de projetos via mercado capitais.

Os militares dedicam parte do tempo da transição a assimilar as novidades.

Na área de aviação, por exemplo, os generais começaram a se reunir com membros da administração atual para tomar pé da situação, mas a impressão de quem atua hoje no setor é a de que os militares estão desatualizados e desconfortáveis depois de passarem muitos anos distantes da indústria.

A referência dos militares ainda é o antigo DAC (Departamento de Aviação Civil), que ficava sob o Comando Aeronáutico até 2006, quando foi substituído pela Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

Segundo interlocutores com quem os militares se comunicaram no governo nas últimas semanas, ainda é preciso explicar a eles como funcionam as novas tecnologias e o atual modelo de negócios da indústria de aviação, como a liberdade tarifária, iniciada há mais de 15 anos, e as recentes mudanças na cobrança pelo despacho de bagagem, entre outras novidades.

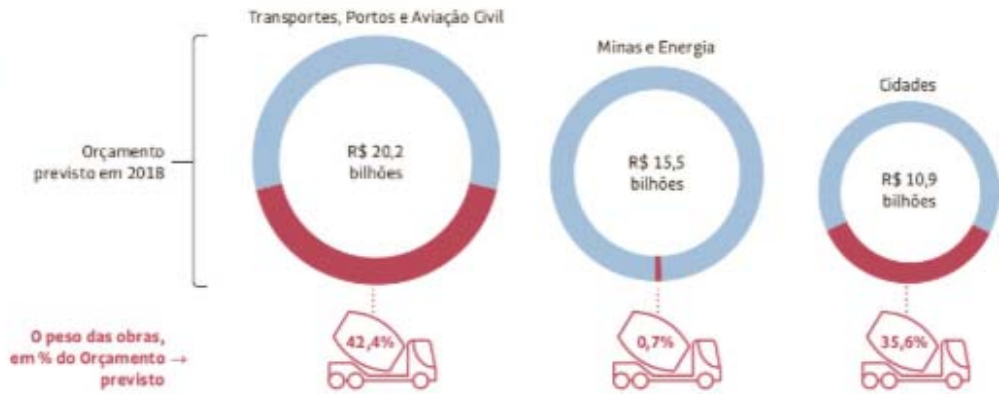
Colaboraram Joana Cunha e Taís Hirata



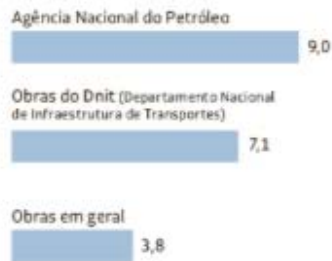


Ministérios concentram boa parte dos recursos para obras por todo o país

Pressão política atrasa indicação de nomes para a área de infraestrutura do governo Jair Bolsonaro (PSL)



Maiores volumes em recurso, em R\$ bilhões do Orçamento previsto



Fonte: Ministério do Planejamento

Setor precisa de menos intervenção estatal, diz economista

Flavia Lima

São Paulo- Para destravar projetos de infraestrutura, pouco importa se a interlocução do governo será feita com bancadas ou partidos: são políticos com os quais é preciso ter boa articulação, diz **Sergio Lazzarini, autor do livro "Capitalismo de Laços"**.

Segundo a obra, no Brasil, o financiamento público costuma favorecer empresários em troca de apoio político.

Para o professor do Insper, a distorção pode ser contornada com menos intervencionismo— o que parece ser a orientação do futuro governo de Jair Bolsonaro, diz.

"Só que esse pessoal precisa dar sinais mais fortes", diz.

Ele minimiza a importância de militares na infraestrutura para inibir laços inadequados. "É uma tarefa política" *

Como fomentar projetos de longo prazo?

Há vários projetos de infraestrutura que podem parar em pé com capital privado, como os de transmissão de energia que têm

captado recursos com debêntures. A expansão desse mercado privado vem com a redução de incertezas para o empresário e para o investidor

De que forma?

Um governo que faça menos intervenções — e essa parece ser a orientação da equipe econômica do Bolsonaro. Só que esse pessoal precisa dar sinais mais fortes.

Quais?

Boas indicações para agências reguladoras, oferta de crédito subsidiado de modo seletivo e redução de incertezas ambientais ou impostas por órgãos de controle. Tem que deixar claro antes da licitação os requisitos da obra. Não dá para a empresa assumir o aeroporto e vir o TCU dizer que não está adequado. Por que não falou antes?

A ideia de Bolsonaro de negociar com bancadas e não partidos ajuda a combater o capitalismo de laços?

Bancada ou partido, só muda o nome. São políticos e é preciso saber o que querem em troca. O governo precisa ser capaz de articular bons projetos e convencer esse pessoal a

aprová-los. Um exemplo é a lei das agências reguladoras que desvirtua a lei das estatais e está indo para o Senado. Bancada ou partido, alguém tem que chegar lá e se dizer contra a flexibilização de nomeações feita no Congresso.

Militares com mais poder na infraestrutura podem inibir esse comportamento?

As interlocuções dentro do governo são um processo complicadíssimo. O governo precisa sentar com órgãos de controle, ambientais. Isso tudo demanda muito conhecimento da máquina pública, articulação. Não sei se um militar pode ter competência acima de outras pessoas para fazer isso.

No fim, é uma tarefa política?

Sim. Há aprovações legislativas que precisam ser feitas e toda uma costura de relação internas entre órgãos de controle, áreas de governo e ministérios para acelerar esses projetos. Se fosse no tempo da ditadura, se dizia, "militares, vão lá e toquem a obra" Não era preciso falar com órgão ambiental ou de controle. Mas não estamos e espero que continuemos assim.





É possível melhorar esse ambiente regulatório no curto prazo?

O governo Temer, que assumiu em 2016, estava muito ciente dessa agenda e patinou bastante, não aprovou a lei das agências reguladoras.

Que conselho o sr. daria ao novo governo?

O TCU e o BNDES lançaram consulta pública para sugestões de aumento de transparência. Um grande passo. Chama mais gente. Controladoria, o pessoal ambiental. É preciso esse tipo de interlocução para reduzir a incerteza geral que vem afetando os projetos.

CONJUNTURA »**Congresso pode criar gastos de R\$ 53 bi**

Projetos em análise no Legislativo aumentam renúncias tributárias e pioram a situação das contas públicas

» ROSANA HESSEL

Além do reajuste de 16,38% para os salários do Judiciário, aprovado pelo Congresso e sancionado ontem pelo presidente Michel Temer, vários outros projetos em tramitação no Legislativo podem pesar sobre as contas públicas a partir do próximo ano e complicar os planos no novo governo de reduzir significativamente o déficit fiscal, previsto em R\$ 139 bilhões. Considerando apenas as propostas mais recentes, aprovadas ou na pauta dos parlamentares, os valores superam a casa dos R\$ 50 bilhões.

Pelas contas de especialistas, o impacto do reajuste do Judiciário no Orçamento da União será em torno de R\$ 1,5 bilhão por ano, mas o efeito cascata nos estados e municípios pode chegar a R\$ 6 bilhões anuais. O programa Rota 2030, que define incentivos para a indústria automobilística, deve gerar uma renúncia fiscal de R\$ 3,75 bilhões entre 2018 e 2019. Somente essas duas medidas, já aprovadas, elevarão os gastos em R\$ 5,25 bilhões anuais a partir do ano que vem. Mas isso é apenas a ponta do iceberg.

Na lista de itens colocados na pauta em regime de urgência está um projeto de lei do senador Eunício Oliveira (MDB-CE) que amplia em 10 anos o prazo de benefícios fiscais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o PL nº 10.160/2018. Pelas estimativas de um consultor legislativo, se a proposta passar, o custo anual para União será de R\$ 9 bilhões por ano.

Especialistas, contudo, alertam sobre um projeto mais perigoso que pode ser incluído na pauta a qualquer momento pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). É o PLP 511/2018, que altera a Lei Kandir com a finalidade de compensar os estados pela isenção do ICMS nas exportações e cria uma despesa anual para o governo federal de R\$ 39 bilhões. Somando isso aos três itens anteriores, a conta para o próximo ano fica em R\$ 53,25 bilhões.

O valor praticamente consumiria toda a receita que União e estados podem obter com outro projeto sob análise do Legislativo, o PLP nº 459/2017, que permite a securitização da dívida pública. A proposta teve requerimento de urgência pedido pelos líderes e está na pauta do plenário da Câmara para ser votado.

Mas a conta pode não parar por aí. Outro projeto da pauta que pode acarretar perda de receitas, segundo os consultores legislativos, é o PLP nº 420/2014, que inclui mais

empresas no regime simplificado de cobrança de impostos, o Simples Nacional. A proposta cria a Empresa Simples de Crédito (ESC) para operar com empréstimos, financiamento e de desconto de títulos de crédito (factoring) exclusivamente para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

Desafios

O Simples é a maior renúncia fiscal da União. No Projeto de Lei Orçamentária de 2019, os subsídios tributários somam R\$ 306,4 bilhões, dos quais R\$ 87,3 bilhões se referem ao Simples. “Há uma falta de solidariedade do Legislativo e do Judiciário diante da situação gravíssima das contas públicas, sem que o Executivo tenha qualquer possibilidade de conter esse movimento de fim de mandato”, lamentou Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas.

“O cenário fiscal é desafiador e o atual balanço de riscos traz preocupações adicionais. O cumprimento da regra de ouro também vai ser colocado à prova”, alertou o economista Gabriel Leal de Barros, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado. Essa regra, prevista na Constituição, proíbe que a União emita títulos para cobrir despesas correntes.





Fatura crescente

Presentes do grego da Legislativa para o novo governo aumentam as despesas no ano que vem.

Projeto	Situação no Congresso	Custo
Reajuste do Judiciário	Aprovado	R\$ 1,5 bilhão por ano para a União e efeito cascata de até R\$ 6 bilhões, incluindo estados e municípios.
Rota 2000	Aprovado	R\$ 1,75 bilhões de renúncia fiscal entre 2016 e 2019.
PL nº 30.160/2018	Na pauta	R\$ 9 bilhões por ano de renúncia fiscal nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
PLP nº 511/2018	Aguardando inclusão na pauta	R\$ 30 bilhões por ano para a União.
PLP nº 420/2014	Na pauta	Não revelado, mas inclui mais empresas no regime simplificado de cobrança de impostos, o Simples Nacional, ou seja, haverá renúncias para União, estados e municípios.



Fonte: Anuário Legislativo